

HABEAS CORPUS Nº 548.910 - MS (2019/0358367-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANGELA ROSSETI CHAMORRO BELLI
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA
PACIENTE : LEANDRO NALIXINESKIE DOS SANTOS
PACIENTE : RODRIGO GOMES FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de LEANDRO NALIXINESKIE DOS SANTOS, PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA e RODRIGO GOMES FERNANDES – presos preventivamente devido à aparente tentativa de frustrar a aplicação da lei penal – contra acórdão por meio do qual o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul deu provimento ao recurso em sentido estrito interposto pela acusação, nos autos de n. 0001798-97.2017.8.12.0031 (e-STJ fl. 218):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – FURTO QUALIFICADO – SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO CURSO PRESCRICIONAL, SEM DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA - RECURSO MINISTERIAL – PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - PRESENÇA DE PRESSUPOSTOS DA PRISÃO CAUTELAR – RECURSO PROVIDO.

Diante da prova da materialidade, indícios de autoria, bem como a necessidade de garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal, diante da evasão dos réus, logo após obterem a liberdade provisória com medidas cautelares, gerando a suspensão do processo, evidenciando que estão tentando furtar-se à Justiça, devem ser decretadas as suas prisões preventivas.

A defesa alega, em síntese, a ilegalidade da segregação cautelar, ante a ausência de fundamentação idônea. Sustenta que a decretação não se baseia em motivos concretos de risco à ordem pública e que a não localização dos réus não significa que estejam tentando frustrar a aplicação da lei penal.

Em liminar e no mérito, pede o relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

O Juízo da primeira instância concedeu a liberdade provisória aos três corréus, que foram presos em flagrante depois de induzir uma freira a fechar os olhos em oração para furtar o seu telefone celular, por considerar que o descumprimento de medidas cautelares diversas da prisão e a não localização dos réus seria insuficiente para a custódia cautelar, em se tratando de crime praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa (e-STJ fls. 18, 155 e 157):

Consta que os autores em comunhão de esforços e unidade de desígnios, enquanto faziam com que a vítima a qual é freira, rezasse para eles, subtraíram seu telefone, sendo que o bem foi recuperado e devolvido.

(...).

De início, registre-se que o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência pacífica no sentido de que o simples fato de o réu ser revel e não ser encontrado para citação pessoal não é suficiente para embasar o decreto prisional, o qual deve ser devidamente fundamentado, a fim de que se demonstre a presença de um dos requisitos do art. 312 do CPP.

(...).

Distinguindo-se de outras decisões proferidas por este Juízo, onde admitiu-se a decretação da prisão com o fim de garantir a

aplicação da lei penal, verifica-se que, na hipótese dos autos, o crime denunciado é praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Dando provimento ao recurso em sentido estrito do órgão acusatório, por outro lado, a instância de origem ponderou que os réus deixaram de cumprir as medidas cautelares diversas da prisão que lhes foram impostas e que se evadiram para frustrar a aplicação da lei penal (e-STJ fl. 222):

Consta nos autos que, no dia 25/09/17, os recorridos subtraíram um telefone celular da vítima Rizeuda, o qual foi recuperado em seguida, sendo presos em flagrante.

Logo depois, no dia 28/09/17, nos autos n.º 0001700-15.2017.8.12.0031 obtiveram a liberdade provisória com imposição de medidas cautelares consistentes em comprovar, no prazo de cinco dias, o atual endereço, bem como comunicar eventuais mudanças e recolhimento domiciliar no período noturno (20 às 5 horas), inclusive nos finais de semana e feriados.

Contudo, passados alguns meses, os recorridos não foram localizados pessoalmente para serem citados (fls. 93, 105 e 113), o que foi feito mediante edital (fl. 130) descumprindo, desta feita, as medidas cautelares impostas.

Vê-se que a situação analisada nos presentes autos não revela a mera não localização dos acusados, mas verdadeiras evasões, aptas a justificar a decretação das prisões cautelares.

O titular da ação penal tomou todas as providências cabíveis na tentativa de localização dos réus, expedindo mandado e edital de citação.

Deste modo, resta evidente as evasões dos recorridos, que desapareceram logo após a obtenção da liberdade provisória com medidas cautelares, ou seja, há mais de 01 ano e 06 meses, justamente com o objetivo de obstaculizar a instrução criminal e frustrar a futura aplicação da lei penal.

Ao que se vê, a instância de origem concluiu que, no caso dos autos, estaria evidenciada a fuga destinada a frustrar a aplicação da lei penal, e não a mera não localização dos réus. Também merece destaque a constatação de que todos os três corréus ostentam antecedentes criminais, em diferentes comarcas (e-STJ fls. 95/100).

De fato, a prisão preventiva destinada a assegurar a aplicação da lei penal, quando há fundados indícios de risco à ordem pública e da intenção de frustrar a aplicação da lei penal, tem ampla acolhida na jurisprudência desta Corte, que se ilustra nos seguintes julgados, dentre inúmeros de igual teor:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E COM EMPREGO DE DISSIMULAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DEFENSIVO DE NULIDADE DA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, DE ANTECIPAÇÃO DO MÉRITO DA AÇÃO PENAL E DE AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, INDICANDO PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA, AMPARADA EM ELEMENTOS CONCRETOS (MODUS OPERANDI E FUGA APÓS O FATO TÍPICO). DESPROVIMENTO.

(...).

4. Outrossim, a indicação concreta de que o réu se evadiu logo após a suposta prática da tentativa de homicídio qualificado, vindo a ser capturado quase 9 meses após o decreto de prisão preventiva, demonstra o risco de fuga e, nessa medida, reforça a necessidade da custódia cautelar no vetor da aplicação da lei penal.

5. Recurso ordinário em habeas corpus ao qual se nega provimento.

(RHC 102.592/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONTRADITÓRIO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. PACIENTE QUE PERMANECEU FORAGIDO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...).

5. A custódia também se mostra necessária como garantia de aplicação da lei penal, uma vez que, conforme salientado pelo magistrado de primeiro grau, ficou evidenciado o risco concreto de fuga, tendo em vista que o acusado se evadiu do distrito da culpa logo após a prática do delito, sendo que a sua prisão preventiva foi decretada em 6/3/2018 e o mandado cumprido apenas em 28/3/2018.

6. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.

7. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 448.196/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

HABEAS CORPUS. EVASÃO DE DIVISAS, LAVAGEM DE DINHEIRO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. OPERAÇÃO CÂMBIO DESLIGO. PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. RÉU FORAGIDO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

(...).

4. Se a autoridade judiciária competente decreta uma prisão preventiva ante a fuga do suspeito ou porque tal condição passou a ser sopesada em decisão posterior à original, justifica-se, em tese, a manutenção da cautela para assegurar eventual aplicação da lei penal. E, enquanto essa ordem não for invalidada pelo próprio Poder Judiciário, não lhe poderá opor o sujeito passivo da medida um suposto "direito à fuga". O investigado/réu que pretenda continuar evadido, a prolongar o motivo para o decreto preventivo, faz uma escolha que lhe trará os ônus processuais correspondentes, não podendo o Judiciário ceder a essa opção da parte, a menos que considere ilegal o ato combatido.

5. Habeas corpus denegado.

(HC 463.167/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Apesar dos argumentos apresentados pela defesa, não há elementos nos autos que evidenciem a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator